

EDITORIAL

Este número 30 fecha o oitavo ano da nossa Revista “*Avaliação*”. Qualquer balanço que se queira fazer desse percurso mostrará que “*Avaliação*” vem prestando relevantes serviços ao campo de estudos da Educação Superior e de sua avaliação. Quase 300 artigos, bom número deles em espanhol, trazendo estudos, reflexões, relatos, enfim, colocando em foco essa problemática no Brasil e na América Latina. Além disso, também publicamos livros de autoria coletiva de pesquisadores ligados à Revista, dentre eles “Universidade em Ruínas na República dos Professores” (Editora Vozes), “Universidade Desconstruída. Avaliação Institucional e Resistência” (Editora Insular), “Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã” (Editora Insular) e “Avaliação e Compromisso Público. A Educação Superior em debate” (Editora Insular).

Avaliação da Educação Superior é um tema que ganhou grande importância. Por que não se trata simplesmente de uma questão técnica, e sim política, de visões de mundo, é uma área cheia de contradições e disputas. Debates e controvérsias ocorreram de modo muito agudo neste ano, entre nós, não só na comunidade acadêmica, mas também em meios políticos e na imprensa. Por ser um campo cruzado de muitos e diferentes interesses, freqüentemente as discussões sobre avaliação da Educação Superior não levam em conta os conhecimentos e experiências construídos na área e muitas vezes escorregam para a desinformação. Isto ocorreu em muitas circunstâncias, nas discussões sobre avaliação, especialmente naquilo que alguns veículos de comunicação repercutiram. Na verdade, não temos ainda no país uma consistente cultura da avaliação. Para impedir o avanço da desejável cultura de avaliação, muito contribuíram as políticas praticadas nestes últimos oito anos, que consolidaram uma cultura de controle, medição, *ranking*, e não de avaliação.

Advertíamos no livro “Avaliação e Compromisso Público. A Educação Superior em Debate” que “não há consenso sobre o terreno da avaliação, muito menos quando se refere ao campo educacional. Trata-se de fenômeno complexo, que escapa à mera teoria e intervém no campo político e cultural. Portanto, está penetrada de valores e não se satisfaz com nenhuma definição clássica” (p.10). Por isso, a defesa de uma ou outra “avaliação”, mesmo quando se trata de uma escolha epistemológica consciente, é uma questão ligada a concepções de vida, a valores, ideologias, interesses. Mas também não esquecer que as políticas postas em prática pelos governos muitas vezes correspondem a compromissos com agências e organizações multilaterais, que extrapolam o campo teórico da avaliação e as posições das comunidades acadêmicas nacionais.

João dos Reis Silva Jr., Afrânio Mendes Catani e Renato de Sousa Porto Gilioli, fazem um balanço das principais transformações ocorridas na avaliação da Educação Superior brasileira nos últimos dez anos, que teriam seguido dois paradigmas distintos: de um lado, a avaliação emancipatória proposta pelo PAIUB e recentemente pelo SINAES, e de outro lado as medições e “ranqueamentos” praticados no governo FHC.

Maria das Graças Dias Ferreira Stein discute a abrangência, as funções, objetivos e procedimentos da avaliação institucional da Educação Superior no Brasil pós-Constituição de 1988, dando ênfase ao PAIUB. A autora destaca a complexidade da avaliação e a função social da educação. De modo especial, defende a idéia da necessidade da participação da comunidade educativa nos processos avaliativos, como fator de aumento de responsabilidade e compromissos.

Maria de Fátima de Paula trata da perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. Aborda as políticas públicas implementadas na Educação Superior a partir dos anos 90. Dentre os temas tratados, reflete sobre a mudança de conceito da universidade, a desfiguração da autonomia, a aceleração do processo de privatização e de mercadorização da Educação Superior e o aumento do controle através dos procedimentos de “avaliação”.

Ana María Navarro, a partir da experiência realizada na Universidade Nacional de Salta, Argentina, reflete sobre os caminhos que uma instituição educativa poderia seguir uma vez concluídos os processos de avaliação interna e externa e a identificação das linhas de ação para a melhora. Adverte que não se pode considerar a avaliação como fim de um processo, sem que se produzam resultados posteriores surgidos de suas informações e recomendações. Destaca ainda a importância de reafirmar e atualizar os compromissos assumidos, na perspectiva dos atores e organismos internos e externos.

Daniel de Aquino Ximenes e Rosa Gitana Krob Meneghetti analisam a relação entre teoria e prática, a partir da construção de um processo de avaliação institucional desenvolvido na UNIMEP. Fazem algumas considerações teóricas sobre a avaliação institucional e procuram demonstrar que é possível, inclusive em universidades privadas e considerando as dificuldades, desafios e complexidades inerentes a esses dinamismos e a essas instituições, desenvolver um processo participativo e formativo de avaliação institucional.

Benigna Villas Boas analisa o papel da avaliação no contexto do trabalho pedagógico universitário comprometido com a formação da cidadania crítica. Defende a idéia de que, já que todos os professores universitários são professores formadores, cabe-lhes então adotar práticas avaliativas articuladas ao trabalho

pedagógico baseado na reflexão, construção, criatividade, parceria, auto-avaliação e autonomia.

Vicente de Paulo Carvalho Madeira, neste texto, propõe-se a socializar uma experiência de avaliação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo como pano de fundo a crítica da avaliação como mecanismo ideológico de reprodução do poder e a preocupação de evitar o arbítrio acadêmico. Para ele, as defesas e apresentações públicas de dissertações e teses são elementos essenciais para a avaliação dos processos de construção social do conhecimento realizados nos Programas e Cursos de Pós-Graduação.

Angela C. de Siqueira mostra que, em relação a reformas da Educação Superior, entre Chile e China há mais coincidências além da sílaba inicial de cada um desses países. Sob orientação do Banco Mundial, ocorreram em ambos os países mudanças que reforçam o individualismo, a postura de competição, a avaliação produtivista, os resultados quantificáveis e padronizáveis, o gerencialismo, enfim, a lógica do mercado. Contudo, as conseqüências das reformas têm gerado algumas resistências.

Erineu Foerste e Menga Lüdke discutem experiências de parceria na formação de professores. Destacam aspectos considerados relevantes nas discussões atuais no Québec sobre profissionalização docente e suas interfaces com a parceria e analisam uma experiência de parceria na formação de profissionais do ensino no Brasil. O tema interessa a quem se preocupa tanto com a universidade quanto com a escola básica.

Luiz Antonio Saléh Amado toma como objeto de suas reflexões a auto-avaliação no ensino superior como analisador dos processos de subjetivação. Propõe a superação do que chama de “avaliação-consumo” pela “avaliação-produção”. Essa superação implica adotar uma nova perspectiva de avaliação – dialógica, mediadora, autogestionada – para além da simplificação da atribuição de conceitos e práticas de intimidação e disciplinarização.

Maria Socorro P. Rodrigues, Elísio Holanda Guedes Sobrinho, Raimunda Magalhães da Silva e Karla Maria Carneiro Rolim tratam da questão da qualidade da avaliação, enfatizando a complexidade e o emprego de métodos, técnicas e efeitos. Destacam os autores as dimensões formativas da avaliação na perspectiva do aprimoramento humano.

Que 2004 seja um ano realmente bom para todos!

José Dias Sobrinho - editor